

ASPECTOS DA CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO EM HUSSERL

Prof^a. Dr^a. Renata Cristina Geromel Meneghetti - ICMC/USP
Anderson Luis Nakano-ICMC/USP

Resumo

Historicamente a filosofia de Kant (1724- 1804), surge como uma crítica tanto ao empirismo quanto ao racionalismo, correntes filosóficas dominantes no século XVII. Assumindo uma postura intermediária, Kant inovou a forma de se conceber o conhecimento, influenciando toda a filosofia ocidental, em particular a de Edmund Husserl(1859-1938), que abordou a obra de Kant de maneira singular. Neste trabalho focalizamos aspectos referentes à concepção de conhecimento em Husserl, e verificamos que esse filósofo expandiu diversos conceitos da filosofia kantiana contribuindo ainda mais para a compreensão do ato de conhecer, por meio da fenomenologia.

Palavras chaves: Conhecimento, percepção, intuição, abstração.

Abstract

Kant's philosophy (1724- 1804) arises historically as a critique to boot philosophical currents dominant in the 17th century, empirism and racionalism. Assuming an intermediary posture between such currents, Kant innovated the form of the conceives the knowledge, influencing all the western philosophy, in particular Edmund Husserl(1859-1938), which approach Kant's work in a singular way. In this work we will analyze aspects about knowledge and we verify Husserl expanded several important concepts of kant's philosophy, that added great contribution about the knowledge act.

INTRODUÇÃO

Historicamente a filosofia de Kant (1724- 1804), surge como uma crítica tanto ao empirismo quanto ao racionalismo, correntes filosóficas dominantes no século XVII. Assumindo uma postura intermediária, Kant inovou a forma de se conceber o conhecimento, influenciando toda a filosofia ocidental, em particular a de Edmund Husserl(1859-1938), que abordou a obra de Kant de maneira singular. Tendo como elemento primordial a obra *Investigações Lógicas (sexta investigação)* e utilizando textos de outros autores para complementação, focalizaremos aspectos referentes à concepção de conhecimento e verificaremos neste trabalho que Husserl expandiu diversos conceitos da filosofia kantiana contribuindo ainda mais para a compreensão do ato de conhecer.

HUSSERL E O IDEALISMO TRANSCENDENTAL, O PSICOLOGISMO EMPÍRICO E O LOGICISMO

Nessa seção, inicialmente abordaremos o idealismo transcendental de Immanuel Kant (1724-1804), de onde destacaremos que Kant e Husserl concordam no fato de conceberem que o conhecimento não pode fundamentar-se unicamente na experiência ou somente na razão. A partir disso, buscaremos verificar o posicionamento de Husserl em relação ao psicologismo empírico e ao logicismo.

Historicamente o trabalho de Kant¹ surge como uma crítica às duas correntes filosóficas (reducionistas) que permeavam no século XVII, a saber, o empirismo² e o racionalismo³. Esse

¹ Essa parte foi desenvolvida com base em parte do trabalho de Meneghetti (2001b) e (2006).

filósofo defendeu que a ciência não pode ser constituída apenas por juízos analíticos⁴, como queria Leibniz⁵, pois se assim o fosse ela seria vã, seria pura tautologia, uma repetição do que já está contido nos conceitos dos sujeitos; e, por outro lado, a ciência também não pode ser constituída por juízos sintéticos⁶, como queria Hume⁷, pois, dessa forma, não seria ciência, mas um costume sem fundamento, não teria validade necessária e universal. Assumindo uma postura intermediária entre tais correntes, Kant inova a forma de se conceber o conhecimento.

Em Kant, o conhecimento é uma elaboração do sujeito, as coisas “em si” não são cognoscíveis. Para Kant, “É-nos completamente desconhecida a natureza dos objetos em si mesmo independentemente de toda esta receptividade da nossa sensibilidade.” Kant (1997), p.79, ou ainda, como expressou Schopenhauer ao se referir à obra de Kant: “(...)o mundo objetivo, como o conhecemos, não pertence à essência da coisa-em-si-mesma, mas é mero fenômeno da mesma, condicionado justamente por aquelas mesmas formas que estão a priori no intelecto humano e, por isso, nada podem conter senão fenômenos”.(Schopenhauer, 1997, p.123, grifo nosso). Conhecer é uma função ativa do sujeito, não é receber algo que está aí, senão criar algo, em termos kantianos, colocar algo. Para ele, não podemos conhecer, com necessidade e universalidade⁸, portanto a priori, a não ser que nosso próprio espírito crie segundo seus níveis. Assim, ele defende que “(. . .)a razão só entende aquilo que produz segundo os seus próprios planos; (. . .).” (Kant, 1997, p.8)

No processo de constituição do conhecimento, um objeto nos pode ser dado apenas por meio da sensibilidade que diz respeito à “(. . .)capacidade de receber representações (receptividade), graças à maneira como somos afetados pelos objetos”. (Ibid., p.61)

A sensação refere-se ao efeito de um objeto sobre a capacidade representativa, na medida em que por ele somos afetados. A intuição⁹ que se relaciona com o objeto, por meio da sensação, denomina-se intuição empírica. A representação de um corpo na intuição nada contém que possa pertencer a um objeto em si, ela é somente o fenômeno de alguma coisa, mediante a maneira sob a qual somos afetados por tal coisa. (Ibid., p.61)

O fenômeno é o objeto indeterminado de uma intuição empírica e é constituído de dois elementos: (i) a matéria (elemento físico) ou o conteúdo, que significa algo que se encontra no espaço e no tempo e que, por conseguinte, contém uma existência e corresponde à sensação (Ibid., p.586); e (ii) a forma da intuição, a qual possibilita que o diverso do fenômeno possa ser ordenado segundo determinadas relações. A matéria nunca pode ser dada de maneira determinada a não ser empiricamente, porém sua forma encontrar-se a priori no espírito, pronta a aplicar-se a ela e portanto pode ser considerada independentemente de qualquer sensação. (Ibid., p.62) Assim, a matéria procede do objeto conhecido, e a forma é imposta pelo sujeito. A intuição empírica nos permite apreender o objeto, representá-lo; mas é o entendimento que pensa esses objetos e é dele que provém os conceitos.¹⁰ Contudo, na filosofia kantiana o

² O empirismo defende que o conhecimento se fundamenta exclusivamente na experiência.

³ O racionalismo concebe o conhecimento como objeto puro da razão.

⁴ Os juízos analíticos em Kant são aqueles nos quais o conceito do predicado está contido no sujeito, são verdadeiros em virtude de sua forma (Kant, 1997, pp.42-45).

⁵ Para o matemático alemão Gottfried Leibniz (1646-1716), a certeza do conhecimento não pode ser oriunda da experiência, mas jaz unicamente na razão. O que vamos conhecer na vida já está dado e contido em nossa própria alma. A necessidade das descobertas em matemática é vista a partir de sua forma: “o conhecimento que não é evidente por si mesmo se adquire através de conseqüências, as quais só são corretas quando possuem sua forma devida. (Leibniz, 1996, pp.371-391).

⁶ Os juízos sintéticos são aqueles nos quais o conceito do predicado não está contido no conceito do sujeito; eles são fundamentados na experiência (percepção sensível). (Kant, 1997, pp. 42 -45)

⁷ David Hume (1711-1776) buscou fundamentar a ciência na experiência e na observação. Um pouco mais adiante abordaremos com mais detalhes o empirismo desse filósofo.

⁸ Em Kant um conhecimento é universal quando é válido em todo lugar e é necessário se ele for imprescindível.

⁹ A intuição é uma operação, o ato do espírito que toma conhecimento diretamente de uma individualidade, ela nos dá conhecimento de um objeto particular, único.

¹⁰ O conceito é uma unidade mental dentro da qual está compreendido um número indefinido de seres e de coisas.

pensamento tem sempre que se referir, finalmente, a intuições, seja diretamente (direct), seja por rodeios (indirecte). (Kant, 1997, p.61)

Kant concebeu duas formas puras da intuição sensível, como princípios do conhecimento a priori, a saber, o espaço e o tempo.

“Assim, quando separo da representação de um corpo o que o entendimento pensa dele, como seja substância, força, divisibilidade, etc., e igualmente o que pertence à sensação, como seja impenetrabilidade, dureza, cor, etc., algo me resta ainda dessa intuição empírica: a extensão e a figura. Estas pertencem à intuição pura, que se verifica a priori no espírito, mesmo independente de um objeto real dos sentidos ou da sensação, como simples forma da sensibilidade.” (Kant, 1997, p.62- **negrito nosso**).

A matéria nos fornece intuição empírica; a forma, intuição pura, a qual trata-se da forma pura¹¹ das intuições sensíveis, na qual todo o diverso dos fenômenos que se intui sob determinadas condições encontra-se absolutamente a priori no espírito.

Se, por um lado Kant reconheceu ser a experiência insuficiente para fundamentar o conhecimento: “A sensibilidade não nos ensinará as coisas de forma confusa e obscura, na verdade, ela não nos ensinará nada a respeito das coisas . . .” (Ibid., p.60). Por outro lado, ele percebeu que “(. . .) estas condições subjetivas são, no entanto, substanciais na determinação da forma do objeto enquanto fenômeno.” (Ibid., p.60) Assim, os objetos nos são conhecidos pela experiência (como objetos dados), e, no entanto, esta deve regular-se pelos conceitos. (Ibid., prefácio da 2a edição) Portanto, nossos conceitos do entendimento devem estar fundamentados numa intuição correspondente. O conhecimento resulta, pois, da conjunção de intuições e conceitos.

Edmund Husserl (1859-1938), em suas investigações, atento ao desenvolvimento das ciências exatas, buscou desenvolver uma filosofia como ciência rigorosa. Defendeu que a base filosófica para a lógica e a matemática inicia-se por meio de uma análise da experiência (anterior ao pensamento formal). Entretanto, afirmou que o conhecimento, com sua necessidade e universalidade, não pode apenas fundamentar-se nas ciências empíricas. Nesse sentido, percebemos uma concordância de Husserl com a colocação de Kant de que nem empirismo e nem racionalismo conseguem dar conta do conhecimento matemático. Esse fato ficará mais claro nos próximos parágrafos, nos quais nos ateremos a tratar do posicionamento de Husserl frente ao empirismo e ao racionalismo e dos fundamentos de sua proposta filosófica.

Como afirma Raffaelli (2004, p. 213), Husserl buscou escapar ao psicologismo e ao logicismo. Entendeu que o psicologismo é uma ciência de realidades; uma ciência de fatos, no sentido de Hume (Husserl, 1913/1986, p.10; apud Raffaelli, 2004, p.212). Para Hume a única fundamentação sólida que podemos fornecer à ciência humana é a experiência e a observação. O pensamento é constituído de percepções, as quais se reduzem a duas classes distintas: (I) as impressões, que são os elementos primitivos da experiência; (II) os pensamentos (ou as idéias), que são cópias de nossas impressões. As impressões são percepções fortes e vivas, enquanto as idéias são percepções fracas e obscuras. Sua conduta é a de tomar as idéias e analisá-las à procura da impressão da qual procedem. Entendeu por prova os argumentos derivados da experiência que não davam lugar à dúvida ou à oposição. Tais argumentos são fundamentados exclusivamente no hábito: é de um certo número de experimentos uniformes que inferimos¹² uma conexão entre as qualidades sensíveis e os poderes ocultos. As idéias abstratas ou gerais são consideradas imperfeitas, quando não adquiridas por meio do hábito das relações entre as idéias particulares. (Hume, 1981, pp.83; 110-111). Por esses motivos, é possível, então, afirmar que o mundo de Hume é um mundo sem razão, sem lógica, pois o costume, ou o hábito, é o

¹¹ Kant chamou *puras* todas as rerepresentações em que nada se encontra que pertença à sensação.

¹² Tal inferência não é intuitiva, nem demonstrativa, e sim causal.

último princípio que se pode assinalar em todas as nossas conclusões derivadas da experiência. (Meneghetti, 2001a; Meneghetti & Bicudo, 2003).

Husserl não concordou plenamente com o psicologismo, criticou principalmente a desconsideração da consciência como origem dos fenômenos psíquicos (Merleau-Ponty, 1951/1973, p.51; apud Raffaelli, 2004, p.212); buscou pelos significados dos acontecimentos naturais e psíquicos, concebendo a fenomenologia como fundamento eidético da psicologia e das ciências do espírito. Assim, ao invés de estudar as relações externas entre fenômenos, como no psicologismo, Husserl procurou estudar o fenômeno em si. Buscou pelas estruturas inteligíveis das ciências empíricas, transcendendo, portanto, o empirismo: “Desta forma, pode-se dizer que o conhecimento dos fatos é trabalho da psicologia empírica, então a reflexão sobre a significação dos conceitos psicológicos é tarefa da fenomenologia (. . .)” (Raffaelli, 2004, p.214).

Na época de Husserl, o racionalismo se fazia presente por meio do Logicismo¹³, corrente filosófica que se caracteriza pelo propósito de reduzir a matemática à lógica. No logicismo destacam-se Gottlob Frege (1848-1925) e Bertrand Russell (1872-1970). O primeiro pretendia reduzir a aritmética à lógica, pois se isso acontecesse, como havia ocorrido a aritmetização da análise, toda a matemática clássica estaria reduzida à lógica. Frege considerou a aritmética um corpo de verdades analíticas e *a priori*, significando que os únicos princípios exigidos para as afirmações aritméticas são os da lógica.(Frege, 1959/1983, § 3). Concebeu o número como um objeto lógico, ideal, não tendo existência espaço-temporal, cujo acesso se dá unicamente por meio da razão. No logicismo de Frege, há uma busca pelo predomínio total, na aritmética, do aspecto lógico do conhecimento; e, em consequência, exclui-se o aspecto intuitivo e empírico.

Russell apresentou uma postura mais radical, a de reduzir toda a matemática à lógica, identificando esses dois campos de conhecimento. (Russell, 1919, p.194). Adotou, ainda, a posição de que o mundo existe independente de nossa percepção. Para esse matemático, as verdades matemáticas são verdades lógicas (produtos de convenções lingüísticas) e, portanto, não dizem respeito ao conhecimento empírico e também não podem expressar conhecimento subjetivo.

No que se refere ao logicismo, embora Husserl tenha defendido a filosofia como uma ciência rigorosa, procurando atribuir-lhe o caráter *omnitemporal*, concebeu o pensamento como produto de uma individualidade e, portanto, fundamentado em uma subjetividade, porém em uma *subjetividade transcendental*¹⁴, visto que se almeja as estruturas inteligíveis do psicologismo empírico. O sujeito, como o eu transcendental, busca o conhecimento através deste idealismo fenomenológico, da superação da multiplicidade de vivências até a consciência da idéia do mundo. Assim, propôs uma racionalidade fundamentada na experiência (vivência temporal), em que: “(. . .) a verdade surge a partir daquilo que não é contingente por meio da intuição das essências (*Wesensschau*). E o ponto de partida dessa reflexão é sempre o retorno ao mundo vivido (*Lebenswelt*), o primeiro e indispensável procedimento metodológico.” (Raffaelli, 2004, p.213). A lógica para Husserl não se refere ao juízo em si, mas ao conteúdo desse juízo, sua significação, a qual pertence a uma ordem ideal (Bochenski, 1968).

Com isso, fica claro que Husserl adotou uma posição crítica frente ao empirismo e ao racionalismo, sem deixar de valorizar aspectos importantes dessas duas correntes, uma vez que defendeu a experiência(vivência temporal) como ponto de partida do conhecimento, e, por outro lado, objetivou dar um caráter atemporal para a ciência. Agora que já contextualizamos a filosofia de Husserl passaremos a tratar do objeto principal de nossa investigação, a saber, compreender aspectos concernentes à concepção de conhecimento em Husserl.

O CONHECIMENTO NA FENOMENOLOGIA

¹³ Para maiores informações a respeito dessa corrente ver Meneghetti (2001c).

¹⁴ Segundo Raffaelli (2004, p.213) citando Husserl (1935/1970,p.265) a subjetividade transcendental se define como intersubjetividade para determinar o sentido das relações reais entre a pessoa e as outras realidades.

Nesta buscamos compreender o conhecimento em Husserl, da experiência vivida à essência e, por fim, a contribuição epistemológica deste filósofo.

Tanto para Husserl quanto para Kant, o objeto conhecido não é a coisa em si, mas o fenômeno que esta produz com as relações de tempo, espaço e causalidade.

Em Husserl, o fenômeno¹⁵ é importante em toda a extensão do processo do conhecimento. Esse último, por sua vez, é apreendido em graus: a cada nova iteração ou movimento da consciência¹⁶ o objeto é conhecido com mais clareza. Neste processo, a vivência ou experiência, relação temporal consciência-objeto, é imprescindível para o conhecimento, sem a qual este não pode ser sequer pensado. A consciência, enquanto conhecedora do mundo, é uma consciência intencional, uma atividade constituída por atos *noéticos* (percepção, intuição, abstração), com os quais algo é visado (*noemas*)¹⁷. Aquilo que é visado, ou seja as objetividades, se apresenta de duas formas: como objetividades **sensíveis ou reais**, como uma caneta, o número “um”, uma reta, e objetividades **categoriais ou ideais**, como uma soma, o verbo “ser” na função atributiva, uma relação entre elementos (retomaremos esse assunto com mais detalhes posteriormente). A partir disso, buscaremos entender como a consciência, partindo da vivência e através dos atos noéticos, atinge a essência (*o eidos*).

Em Husserl, o objeto nos é apresentado por meio da *percepção*, que é o ato psíquico que contém uma essência intencional e faz com que apreendamos a objetividade percebida. A percepção sensível apresenta objetividades sensíveis (como indicado na figura 1) enquanto a percepção categorial apresenta objetividades categoriais. As percepções sensíveis são simples: o objeto aparece de uma só vez quando a ele dirigimos nosso olhar, ou as várias intenções parciais de inúmeros olhares são fundidas em um único ato de percepção.

No ato de percepção não há o significado do objeto. Só as significações de características unificadas no conceito da objetividade visada é que podem ser preenchidas pela percepção¹⁸. Embora a percepção determine a significação, ela não a contém. Esta significação completa é atingida por atos psíquicos de ordem mais elevada – atos de significar, de conhecer – que todavia se fundam na percepção, pois esta contém a síntese da identidade da coisa concreta, que torna possível à parte afigurativa da intuição construir um representante-apreendido desta objetividade. Assim, na vivência, o ato do conhecimento e sua significação se fundamentam na percepção.

A partir da objetividade sensível gerada através da percepção, cria-se, através de atos signitivos, uma matéria intencional; a consciência se dirige a essa matéria por meio de uma *intenção de significar*¹⁹ dando origem a um objeto intencional. Os predicados “ser” e “não-ser” são aplicados ao objeto intencional (*cogitatum*) de uma intenção (*cogito*). A partir disso, a intuição dá o recheio cognitivo à matéria intencional. A *intuição* é uma intenção de preenchimento ligada a uma intenção de significar. “A intenção signitativa simplesmente indica o objeto, a intuição o representa no sentido estrito da palavra; ela traz consigo algo da plenitude do próprio objeto” (Husserl, 1996, p. 82). No caso de um ato de intenção de significação (o qual produz uma objetividade esperada) se preencher numa intuição correspondente tem-se a vivência de uma consciência de preenchimento (Ibid., p.49). Neste caso, temos o ato de identificar, ou a identificação. O conhecimento é um ato identificante. Quando a intuição discorda da intenção de significação, há o conflito. O conflito é um ato de diferenciação ou decepção. Assim, pode-se dizer que nem toda intenção de significar encerra um conhecer pois, na decepção, o significar não é preenchido, não tendo o caráter de conhecimento. (Ibid., Terceira Seção, §67)

¹⁵ Consciência temporal das vivências.

¹⁶ Na fenomenologia, a consciência é uma relação intencional do sujeito com o objeto (Abbagnano, 1999, p194).

¹⁷ Enquanto ‘noeses’ é aquilo que configura a matéria em vivências intencionais o ‘noema’ refere-se à multiplicidade dos dados que podem mostrar na intuição pura. (Bochenski, 1968, p.5)

¹⁸ Como exemplo, Husserl (1996, p.125) fala da percepção de um ‘papel branco’. O adjetivo ‘branco’ não faz parte do conceito de papel. Logo, o significado do adjetivo não é preenchido pela percepção.

¹⁹ Essa intenção de significar é um julgar, crer em algo. Este julgar pode ser duvidoso, questionável, possível, conjuntural, ou nulo.

Quando temos uma intuição de uma percepção correspondente, tal intuição tem um teor puramente perceptivo(captativo) e um teor afigurativo que se complementam. A diferença entre afiguração e percepção é relacionada com os conteúdos de seus representantes-apreendidos. Na afiguração temos conteúdos analogizantes ou reprodutivos, enquanto que na percepção temos conteúdos que apresentam o próprio objeto (como dito anteriormente).

De acordo com a fenomenologia, o objeto é conhecido gradativamente. Numa representação intuitiva, diferentes graus de recheio intuitivo são possíveis, o que indica possíveis séries de preenchimentos e à medida que nelas progredimos, conhecemos melhor o objeto, por meio de um conteúdo apresentante, que cada vez é mais semelhante ao objeto e que o apreende de uma maneira cada vez mais viva e mais plena (Husserl, 1996, p. 98). Nessas sínteses contínuas de múltiplos preenchimentos se constrói o objeto enquanto tal, mostrando-se em faces sempre novas, em aspectos essenciais sempre novos. Logo, quando algum pensar se preenche em uma intuição, edificam-se, sobre percepções e outros momentos psíquicos, novos atos referentes a uma nova objetividade que foi erigida sobre aquela intuição. Este processo de esclarecimento do objeto progride até que o representante-apreendido adquira o caráter de evidência. A evidência designa um fenômeno geral e último da vida intencional. De acordo com Husserl (1996, p.179) “(. . .) um ato de evidência se perfaz subjetivamente sobre o fundamento de uma intuição empírica ocasional; mas ela é uma visão geral relacionada puramente com a forma (. . .)”. O *esclarecimento* designa sempre um modo de realização da evidência, o estabelecimento de um trajeto sintético que vai de uma intenção confusa até um representante apreendido evidente. A verdade é a concordância entre o evidente e a adequação feita através de uma verificação pela lógica formal.

Há alguns elementos que não podem ser preenchidos dentro dessa série gradativa de preenchimentos pela intuição sensível. Esses elementos denominam-se *formas complementares ou categoriais*, enquanto os elementos que se preenchem pela intuição sensível são denominados *elementos materiais*. Como exemplo de elemento categorial podemos citar o verbo “ser”, na função atributiva e predicativa. “Posso sentir a maciez, mas não o ser-macio” (Husserl, 1996, p.130). O *ser* não pertence ao objeto, não é, portanto, um momento real e não pode encontrar sua significação na intuição sensível. Contudo, para analisarmos um objeto categorial, como por exemplo o verbo “ser”, esse último deve ser apresentado por meio de um ato que o doe. Esse ato é a *percepção categorial*, que é fundada sobre a objetividade criada pela percepção sensível. A percepção sensível, portanto, possibilita o surgimento de um novo objeto (conjunto, formas predicativas, disjuntivas, totalidades, etc.) que é visado por uma percepção categorial. Os objetos sensíveis ou reais são objetos de grau mais baixo, enquanto os objetos categoriais são objetos de graus superiores. Essa nova consciência de objetividade de grau superior pressupõe por essência a consciência das de grau inferior. “A nova objetividade se fundamenta na antiga; ela tem uma relação objetual com a objetividade que aparece nos atos fundamentais” (Ibid., p. 136).

“É um caráter essencial desses atos, nos quais se constitui tudo o que é intelectual, o de se perfazerem em graus; as objetivações se perfazem com fundamento em outras objetivações e constituem objetos, que, enquanto objetos no sentido mais amplo, no sentido intelectual, como objetos de ordem superior, só podem aparecer em atos fundados dessa espécie” (Ibid., p.160).”

Segundo (Husserl, 1996, p.180), os atos fundados, que caracterizam esse último intuir, valem agora como o ‘pensar’ que intelectualiza a intuição sensível.” Entretanto, faz-se importante ressaltar que o teor sensível da nova objetividade permanece inalterado.

Essa distinção entre objetividades sensíveis e categoriais abre uma gama enorme de novos atos, entre estes os de articulação, os quais decompõem o objeto em várias partes; os relacionantes, que estabelece relações entre as partes do objeto, etc. As *formas coletiva e disjuntiva* também são atos categoriais que dão significado às conjunções *e* e *ou*.

Outro ato categorial importante é a abstração, que pode ser sensível ou categorial, a primeira se refere à objetividades sensíveis e a segunda à objetividades categoriais, como segue.

Baseado nas intuições primárias dos atos fundantes, a *abstração sensível* faz aparecer, em relação ao objeto, sua idéia, seu caráter geral. “Esse ato é pressuposto, a fim de que, face à multiplicidade dos momentos singulares de uma mesma espécie, essa própria espécie possa apresentar-se, perante nossos olhos, precisamente como uma única espécie” (Ibid., p.148). A abstração sensível nos permite, face às várias intuições individuais, tomar consciência da identidade do geral, num ato abrangente de identificação em que são sintetizados os atos de abstração singulares. Aquilo que fornece o estado geral do objeto é o que Husserl denomina *intuição geral* ou, mais precisamente, percepção do geral.

A *abstração categorial* é, finalmente, uma abstração fundada sobre um ato que por sua vez já é fundado (como a intuição ou percepção categorial), dando consciência da identidade do geral referente a uma objetividade categorial. Uma tomada tal consciência, essa mesma permanece na memória e pode ser lembrada na análise de uma objetividade semelhante. A validade atual se transforma em uma validade habitual. “Este surgimento não significa explicitamente uma lembrança sobre qual se repete passo a passo o processo de constituição anterior, mas sim um vago retorno direto ao ente constituído na ação última.” (Husserl, 1962, p.121, tradução nossa)

Assim, a partir do representante-apreendido gerado pela intuição, tomamos consciência de identidades gerais referentes a objetos sensíveis através da abstração sensível e de identidades gerais referentes a objetos categoriais através da abstração categorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contribuições de Husserl na compreensão do ato de conhecer

Verificamos que Husserl tal como Kant adotou uma posição crítica frente ao empirismo e ao racionalismo no que se refere à concepção de conhecimento, mas não deixaram, cada um de seu modo, de valorizar aspectos importantes dessas duas correntes.

Ambos, Kant e Husserl, procuram entender e explorar o fenômeno como momento psíquico doador de conhecimento. Em Kant, porém, o fenômeno, fornecido por uma intuição empírica e é apenas o primeiro passo no processo do conhecimento, por meio do qual o objeto é apresentado. Já em Husserl o fenômeno é importante em toda a extensão desse processo, visto que o conhecimento é apreendido em graus. A cada nova iteração ou movimento da consciência o objeto é conhecido com mais clareza.

A percepção, segundo as duas filosofias, nos apresenta o objeto. Como Kant não trata de objetos categoriais, a percepção é puramente sensível. Em Husserl, temos a percepção sensível, que nos apresenta objetividades sensíveis, e a percepção categorial, a qual nos apresenta objetividades categoriais.

Na filosofia de Kant, a intuição tem o papel apenas de representar ou afigurar o objeto para nós no intelecto. O intelecto é que, a partir disso, conhecerá o objeto a partir de categorias do entendimento. A intuição ganha uma importância imensamente maior em Husserl (a sensível para objetividades sensíveis e a categorial para objetividades categoriais), visto que a todo fenômeno é associada uma intenção de significar, que posteriormente é ligada a uma intuição correspondente. Nesse instante, a consciência se manifesta como consciência de preenchimento. Assim, em Husserl a intuição dá o “recheio” a uma intenção de significar, produzindo um representante-apreendido.

De acordo com a fenomenologia, o objeto é conhecido gradativamente. Numa representação intuitiva, diferentes graus de recheio intuitivo são possíveis, o que indica possíveis séries de preenchimentos e à medida que nelas progredimos, conhecemos melhor o objeto, por meio de um conteúdo apresentante, que cada vez é mais semelhante ao objeto e que o apreende de uma maneira cada vez mais viva e mais plena.

Assim, pudemos perceber que no que se refere ao conhecimento, a filosofia de Husserl enriquece a de Kant, visto que Husserl expande os significados de conceitos essenciais tais como o de percepção e intuição; e, acrescenta ao ato de conhecer os objetos categoriais. Husserl adota, ainda, uma postura diferente no que se refere à relação sujeito-objeto, uma vez que considerou tal relação como “vivências intencionais”, ou seja, na medida em que a consciência é sempre consciência de alguma coisa, há uma relação intencional com esta coisa. A “intenção”, intrínseca ao sujeito, proporciona vivências diferentes à diferentes sujeitos. O conhecimento da

coisa é, portanto, subjetivo, mas o conhecimento da essência da coisa é objetivo. Para o conhecimento da essência, Husserl propõe um método fenomenológico, liberto de pressupostos e preconceitos, não dedutivo, nem empírico, mas descritivo, trata-se de uma descrição do que é fornecido, ou seja, o que é dado à consciência (o fenômeno).

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNAMO, N. *Dicionário de Filosofia*, Editora Martins Fontes, São Paulo, 1999.

BOCHENSKI, J.M. Edmund Husserl, Trad. Antonio Pinto de Carvalho in *A Filosofia Contemporânea Ocidental*, Herder, 1968 (texto disponível no site: www.consciência.org/contemporanea/husserlbochenski.shtml).

FREGE, G. *The Foundations of Arithmetic*. English Translation by J. L. Austin. M.A- Basil Blackwell- Oxford, 1959.

HUME, D. *Tratado de la Natureza Humana*. Editora Nacional, Madrid, edição preparada por Felix Duque, 1981.

HUSSERL, E. *Investigações Lógicas: sexta investigação* Seleção e Tradução de Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic, Os Pensadores, Editora Nova Cultural Ltda, São Paulo-SP, 1996.

_____, *Lógica Formal y Lógica Transcendental: ensayo de una crítica de la razón Lógica*- Traducción de Luis Villoro- Centro de Estudios Filosóficos – Universidad Nacional Autónoma de México, 1962.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*, Trad. M. P. Santos e A. F. Morujão. Introdução e notas de A. F. Morujão. Fundação Caloute Gulbenkian, Lisboa, 4a edição, 1997

LEIBNIZ, G. W. *Novos Ensaios Sobre o Entendimento Humano*. Trad. Luiz João Baraúna, Os Pensadores, Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

MENEGHETTI, R.C.G., *O Intuitivo e o Lógico no Conhecimento Matemático: Uma análise a luz da história e da filosofia da matemática*- Tese de doutorado em Educação Matemática, UNESP- IGCE- Rio Claro/SP, 2001a.

_____, O Conhecimento Matemático em Kant, in anais *VII Encontro Nacional de Educação Matemática*, IM/UFRJ, Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2001b.

_____.(2006), *Matemática e Intuição na Crítica da Razão Pura* in anais do IV ENCUESTRO DE FILOSOFIA E HISTORIA DE LA CIENCIA DEL CONO SUR – Buenos Aires- Argentina, 22-25 de março de 2004 – Promovido pela Asociación de Filosofia e Historia de la Ciencia del Cono Sur (no prelo).

_____, *Logicismo, Formalismo e Intuicionismo: análise de seus pressupostos*” in anais *VII Encontro Nacional de Educação Matemática*, IM/UFRJ, Rio de Janeiro, 2001c.

MENEGHETTI, R.C.G. & BICUDO, I. Uma discussão sobre a Constituição do Saber Matemático e seus Reflexos na Educação Matemática, *BOLEMA- Boletim de Educação Matemática*, no 19- ano 16- 2003, pp. 58-72.

RAFFAELLI, R. Husserl e a Psicologia *Estudos de Psicologia* 2004, 9(2), pp. 211-215.

RUSSELL, B. *Introduction to Mathematical Philosophy*, Allen & Unwin, London, 1919.

SHOPENHAUER, A., *O Mundo como Vontade e Representação*, Os Pensadores, Editora Nova Cultural Ltda, 1997, Apêndice: Crítica da Filosofia Kantiana: pp.115-235.
Renata Cristina Geromel Meneghetti E-mail: rcgm@icmc.usp.br

Anderson Luis Nakano E- mail: andersonnakano@gmail.com